

Proposta dos democratas para dívida *ext.*

por Paulo Sotero
de Washington

A redução substancial da remessa de capitais dos países em desenvolvimento para as nações industrializadas, sob a forma de pagamento de juros da dívida externa, e a restauração do crescimento econômico desses países, para que eles voltem a importar mais do que exportam, são do interesse de todos, credores e devedores. É o que afirmam dois eminentes congressistas do Partido Democrata dos Estados Unidos, o senador Paul S. Sarbanes, de Maryland, e o deputado David R. Obey, de Wisconsin, num artigo publicado no último domingo no caderno econômico do jornal The New York Times.

Para se alcançar esses objetivos, os dois parlamentares propõem que os governos dos países industrializados apoiem a criação de um novo mecanismo no Fundo Monetário Internacional (FMI) ou no Banco Mundial (BIRD), com o propósito de, anualmente, no vencimento, comprar dos bancos comerciais, a um deságio, as dívidas dos países do Terceiro Mundo. A compra, propõem Sarbanes e Obey, teria de ser financiada pelos países que dispõem, hoje, de grandes saldos de conta corrente, ou seja, o Japão e a Alemanha.

"Eles (os governos de Tóquio e de Bonn) seriam chamados a 'reciclar' seu capital para promover o crescimento mundial, na

forma pioneira do Plano Marshall", escreveram os congressistas.

Uma iniciativa desse tipo não seria sem precedentes, lembram eles. "Em 1970, o FMI criou um programa especial para compensar pelos enormes saldos de conta corrente dos membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Hoje, o Japão e a Alemanha têm saldos de conta corrente quase quatro vezes maiores do que os superávits da OPEP que justificaram a criação da Oil Facility do FMI. Assim, o financiamento do programa que propomos está perfeitamente dentro de suas possibilidades."

A idéia de um Plano Marshall para os países endividados, nas linhas sugeridas pelos dois congressistas, não é totalmente nova. No final de 1982, a eclosão da crise da dívida estimulou vários economistas, como Peter Kenen, de Princeton; "lobbistas", como Norman Bailey; e pelo menos um banqueiro, Felix Rohatyn, do Banco de Investimentos Lazard Freres, a fazer propostas parecidas. Também não é novidade que congressistas do Partido Democrata defendam fórmulas pouco ortodoxas para o problema da dívida. No primeiro semestre deste ano, o senador William Bradley, de New Jersey, fez algum barulho com um plano que envolveria perdão parcial da dívida. E seu colega de Massachusetts, John Kerry, di-

vulgou uma proposta semelhante, elaborada pelo economista gaúcho Eduardo Aidos, que obteve pouca atenção na imprensa norte-americana.

O que torna a ressurreição da idéia importante é o fato de ela estar sendo promovida, agora, por dois líderes democratas no momento em que seu partido, vitorioso nas eleições ao Senado na semana passada, reconquista o controle pleno do Congresso.

Obey é o atual presidente da Comissão Conjunta de Economia do Congresso norte-americano. Sarbanes o sucederá em janeiro, quando for instalada a centésima legislatura. Sua iniciativa de questionar a receita até agora seguida para o problema da dívida indica, no mínimo, que o novo Congresso democrata será mais permeável ao estudo de idéias alternativas. Por ora, não existe, entre economistas e observadores políticos em Washington, quem acredite na viabilidade prática do plano Sarbanes/Obey, sob a forma de uma proposta estruturada. "Mas idéias como essa poderão influenciar o debate e ganhar alguma referência na nova legislação comercial que o novo Congresso provavelmente escreverá", diz William R. Cline, do Institute of International Economics, um centro de pesquisas privada em Washington.

Isso provavelmente ajudará a posição brasileira, reforçando alguns dos ar-

gumentos que as autoridades econômicas do País têm usado, principalmente no que se refere ao vínculo entre o problema da dívida e dos desequilíbrios do comércio internacional. Os democratas parecem compreender melhor esse vínculo e, mais importante do que isso, mostram-se dispostos, em seus discursos e propostas, a tirar as conclusões lógicas de seus argumentos.

As propostas de Bradley e Kerry, e, agora, o plano Sarbanes/Obey, pregam a adoção de medidas que aliviem a sangria de capitais dos países endividados não como um gesto de caridade ao Brasil e aos demais países em dificuldades financeiras no Terceiro Mundo, mas como uma necessidade dos Estados Unidos. O coração do problema, escreveram os congressistas, é o déficit comercial dos Estados Unidos.

"O crescente déficit de comércio dos EUA respondeu por praticamente todo o crescimento da demanda mundial de importações nos últimos anos, mas está agora a um nível que, simplesmente, não pode ser sustentado (...) tratar do déficit e recolocar nossa economia numa base sólida deve ser, portanto, uma alta prioridade do Congresso. A restauração do crescimento da demanda mundial por nossos produtos está no centro desse esforço. A melhor forma de alcançar este objetivo é tratar o

problema da dívida do Terceiro Mundo, que continua a deprimir os mercados para produtos americanos e destruir empregos nos EUA."

Reduzir os desequilíbrios de comércio sem provocar uma recessão global requer, portanto, que os mercados cresçam rapidamente fora dos EUA, lembram Sarbanes e Obey. Nesse sentido, as políticas de desvalorização do dólar, adotadas para estimular as exportações americanas para o Japão e a Alemanha e destimular as importações desses países, embora positivas, são insuficientes, afirmam os congressistas, com o apoio de um estudo do FMI que vê uma redução máxima de US\$ 5 bilhões a US\$ 10 bilhões no déficit dos EUA, ou seja, de menos de 10%, como resultado dessa política.

É essencial, portanto, que os países endividados voltem a crescer e possam absorver mais produtos americanos — e, em seus próprios mercados, uma parte dos produtos que hoje exportam para os EUA. "Para obter o maquinário e os recursos de que necessitam para um crescimento econômico acelerado, as nações em desenvolvimento precisam importar mais do que exportam, mas o aumento mais acelerado das importações sobre as exportações tem de ser financiado por capital externo", lembram Sarbanes e Obey.

Nos anos 70, quando os bancos estavam dispostos a emprestar, as importações desses países aumentaram 60% mais do que suas exportações. Com a eclosão da crise, contudo, os US\$ 58 bilhões em empréstimos feitos em 1981 ao Terceiro Mundo transformaram-se em US\$ 1 bilhão negativo neste ano. Em consequência, os países afetados cortaram drasticamente suas importações.

Para os dois congressistas, propostas como o plano do secretário do Tesouro, James Baker, são passos na direção certa, porque reconhecem a necessidade de mais financiamentos para os países endividados. Mas o plano é, em última análise, inadequado, afirmam eles, porque "acrescenta mais dívida à dívida antiga, sem resolver nada".

"Os quinze países beneficiários do Plano Baker têm de dedicar 4% de suas receitas de exportação para o serviço da dívida, em comparação com 17% dos demais países em desenvolvimento.

A saída não é, portanto, aumentar os empréstimos — o que, aliás, notam os dois líderes democratas, "os bancos estão, compreensivelmente, relutantes em fazer" —, mas diminuir a conta dos juros. E isso poderia ser alcançado através da criação de um mecanismo especial no FMI ou no BIRD. Sarbanes e Obey acreditam que sua proposta melhoraria a administração do problema da dívida de três formas.

Embora os bancos tivessem de assumir alguma perda, ao venderem sua dívida com um desconto, aumentariam sua liquidez e se livrariam das despesas, complexidades e perigos inerentes às intermináveis renegociações da dívida.

Além disso, o novo programa permitiria o reescalonamento da dívida a prazos mais longos, o que reduziria substancialmente o encargo anual dos serviços. Outra vantagem é que o programa, por ser patrocinado por instituições como o FMI ou o BIRD, cobraria taxas mais baixas, porque trabalharia com taxas de captação mais baixas.